

## **Comunicação em Instituições de Ensino Superior e sua Relação com Ações Afirmativas de Inserção e Permanência de Estudantes Indígenas<sup>1</sup>**

José Augusto dos Santos Magalhães <sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo analisar as informações disponibilizadas pelas IES Públicas Federais das diferentes regiões do Brasil, sobre as informações em relação a políticas de ações afirmativas para o acesso e permanência dos povos indígenas no Ensino Superior. Por meio de discussão teórica e análise descritiva crítica das informações disponíveis na plataforma digital oficial das Instituições. Desse modo, analisamos a comunicação sobre as ações afirmativas, o acesso e a qualidade do que é comunicado. A análise evidenciou diferença na qualidade das informações e na prática das políticas públicas. Algumas IES não comunicam de forma objetiva as informações, outras porém evidenciam de forma clara a existência de bolsas e de comissões específicas para o acompanhamento dos estudantes indígenas inseridos na IES.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas 1; Comunicação 2; Educação 3; Ensino Superior 4; Permanência 5.

### **Introdução**

A presente pesquisa analisa a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas (IES) em relação às ações afirmativas de inserção e permanência dos povos indígenas no Ensino Superior. Considera os princípios da comunicação pública como fundamentais para garantir a excelência na busca de um relacionamento assertivo entre os estudantes indígenas e as universidades.

Atualmente os povos indígenas vêm conquistando cada vez mais visibilidade nas sociedades urbanas e em diversas instituições públicas e privadas de ensino que, historicamente, não contavam com essa participação, marcadas pelo forte imperialismo da cultura dominante do colonizador. Sua participação ativa relaciona-se com estudantes indígenas ocupando diversos postos de trabalho por meio da formação profissional, estimulada pela lei de cotas nas universidades de 2012, pela qual o acesso à educação superior é garantido pela legislação.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT5): Comunicação Intercultural e Interseccionalidade, atividade integrante do XVII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP- Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - FAAC- Campus de Bauru. E-mail: jose.as.magalhaes@unesp.br

Partindo desse contexto, a comunicação se torna elemento essencial para o entendimento dos processos que constroem as relações e as interações sociais, tornando-se capaz de fomentar uma participação igualitária, na medida em que gera uma democratização das relações construídas com o público com o qual a instituição se relaciona. De acordo com Kunsch (2013), a própria interdependência das organizações é capaz de levá-las à uma integração com seu ambiente interno e externo ocorre por meio da comunicação.

As organizações sempre necessitaram e, atualmente, devem desenvolver muito mais sua comunicação, para que possam dialogar com seus diferentes públicos e estabelecer relacionamentos sólidos e eficazes. Isso não significa, necessariamente, que isso ocorra de maneira eficiente e que tal necessidade é entendida e aceita nas instituições. No Ensino Superior, as desigualdades se tornam visíveis em relação ao desenvolvimento educacional e conclusão da formação, consequentes das diferentes realidades de cada público que nele está inserido. Nesse contexto, os povos indígenas enfrentam dificuldades em relação à inserção e permanência no Ensino Superior o que sinaliza que a comunicação desenvolvida pelas IES, em sua maioria, busca a prospecção e desenvolvimento de ações que, diversas vezes, esquecem, ou até mesmo ignoram as especificidades do público indígena que vão desde a sua inserção, permanência e conclusão do Ensino Superior, fazendo com que suas questões singulares permaneçam sempre em um plano menos prioritário.

A comunicação pública, nesse cenário, possui um importante papel em relação a garantir o interesse coletivo em suas ações, uma vez que nas instituições públicas, apenas transmitir informações não representa de fato a eficácia de uma comunicação que garanta um relacionamento, por meio do qual as questões de interesse público, em especial dos povos indígenas, deve ser assegurada de forma a proporcionar uma comunicação democrática e participativa e que, principalmente, atenda às suas necessidades. Para Duarte (2011), a comunicação pública, em sua essência, é responsável por garantir com que os temas de interesse coletivos possam ser respeitados e, principalmente, pautados, fazendo com que o cidadão tenha condições de contribuir e participar das políticas públicas existentes de forma ativa no processo democrático.

A longo prazo, uma comunicação eficaz, harmônica e igualitária pode exercer uma influência para transformações institucionais de inserção, apoio e permanência do movimento indígena no Ensino Superior, uma vez que, deve-se considerar, a grande influência da comunicação, para com seus públicos e principalmente para a sociedade ao seu redor, onde transformações internas repercutem em larga escala de forma externa, baseadas em um contexto global onde as instituições se conectam e influenciam diretamente a sociedade na qual ela está

inserida. Dessa forma, questiona-se: como desenvolver uma comunicação no contexto das Instituições de Ensino Superior que possa atender as necessidades dos povos indígenas? Como incentivar maior participação das comunidades indígenas no Ensino Superior?

Ao propor estas questões, a pesquisa destaca o seu objetivo geral de analisar a comunicação desenvolvida por instituições de ensino superior públicas identificando os princípios que fundamentam a relação entre sua responsabilidade social e a inserção e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior.

A pesquisa se pautou em dois procedimentos metodológicos sendo a pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico; e a análise descritiva crítica, abrangendo 15 Instituições Públicas Federais de Ensino Superior das 5 regiões do Brasil. Partindo dessa proposta metodológica, foram analisadas a comunicação sobre as ações afirmativas, o acesso e a qualidade do que é comunicado.

Este artigo está dividido em três partes, na primeira parte a apresentação da atual situação dos povos indígenas no Brasil e sua relação com o Ensino Superior, a segunda parte a análise das informações sobre ações afirmativas identificadas nas quinze instituições federais e a terceira parte, com a discussão dos resultados em relação aos conceitos de comunicação pública digital.

### **Povos Indígenas e a Educação**

Com o passar dos anos e o avanço da globalização, é possível identificar que as culturas indígenas foram deixadas em segundo plano, ocorrendo uma maior valorização da cultura europeia, devido à sua colonização e por conta do Imperialismo Europeu. Consequentemente a implantação de seus modos de vida no cenário mundial sendo considerados os melhores e devendo ser seguidos, capazes de proporcionar evoluções e desenvolvimento econômico. KRENAK (2020)

Krenak (2020) afirma ainda, que a sociedade brasileira até os dias de hoje é incapaz de acolher os seus habitantes originais, onde as desigualdes com os povos indígenas, confirma uma constantemente busca pelos recursos naturais, que de forma acelerada prejudica o Planeta Terra em uma extração sem limites e sem preocupação com as gerações futuras, preocupação essa, segundo ele, existente nos povos indígenas e excluídos pela humanidade.

O autor destaca que é preciso abandonar o antropocentrismo, onde atualmente a sociedade encontra-se em uma verdadeira abstração civilizatória, ignorando as desigualdes existentes e vivendo em ambientes artificiais que são construídos por grandes organizações

com fins lucrativos de acúmulo de capital, dessa forma, ocorrendo um isolamento sem relação com a realidade.

Acosta (2016) destaca que o caminho para o Bem Viver, é onde se leva aos preceitos de cidadania e a busca dos direitos que são inalienáveis ao ser humano, que é a capacidade de ser visto e se fazer membro de uma sociedade, combatendo as injustiças sociais e a valorização das culturas e o respeito pelo considerado diferente. Este pensamento, não se enquadra nas concepções europeias em relação aos povos indígenas, onde até os dias de hoje, as comunidades indígenas precisam lutar constantemente para que seus direitos estejam garantidos, e diversos movimentos, que não são indígenas, lutam para que as culturas destes povos não desapareçam dando lugar a concepções tecnológicas e a busca por um desenvolvimento acelerado, que reforça as desigualdades e faz com que os indígenas percam gradualmente suas raízes ou que não possuam uma participação ativa na sociedade e em relação ao contexto social, profissional e educacional.

De acordo com o último Censo realizado no Brasil, em 2010, os povos indígenas somavam 896.917, correspondendo um montante de 0,47% da população brasileira. Desse percentual, 36,2% vivem nas cidades e 63,8% estão na área rural, sendo que 12,5% do território nacional pertencem às terras indígenas (106,7 milhões de hectares), sua variedade de línguas e diferentes formas de organização ressaltam uma rápida e complexa transformação social. O constante desenvolvimento impulsiona à busca de novas respostas, garantindo sua sobrevivência física e cultural, tendo o compromisso de proporcionar às próximas gerações melhor qualidade de vida (DAVID; MELO; MALHEIRO, 2013).

Nesse sentido, é fundamental destacar a relação dos povos indígena com a educação, sendo os direitos conquistados em longo prazo, começando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, tendo em sua essência a garantia da educação específica para cultura indígena, de forma diferenciada, obtendo como pressuposto o respeito as suas características culturais e tradições, bem como sua própria forma de organização e de transmissão de conhecimento.

As necessidades indígenas surgiram com maior impacto a partir de 2001, devido à necessidade de formarem professores indígenas, propiciando a atuação em suas próprias aldeias. A partir desse contexto, iniciou-se um avanço na formação superior indígena, consolidando o movimento e sua força de origem, superando as barreiras geográficas e de formação básica, na busca de uma instauração superior a fim de atender as necessidades de seu movimento.

Segundo Jodelet (2011),

O ensino superior do Brasil é um dos mais tardios, sua implantação o credencia como um dos mais recentes sistemas educacionais instalados no continente e, dentro desse sistema, a preocupação com a especificidade do ensino superior destinado à população indígena só acontece nas duas últimas décadas do século XX. De um lado a Lei nº 9.394/96 a nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nos seus Art.: 26, §4º; Art. 32, § 3º; Art. 78 e parágrafos; Art. 79 (JODELET, 2011, p. 152).

De acordo com e Santana (2010) e Silva (2013) a educação escolar indígena deveria garantir sua identidade e autonomia, de forma a contribuir para o desenvolvimento de sua cultura. Atualmente, os índices são preocupantes mesmo diante de legislações nas quais protegem o direito do indígena de frequentar uma Instituição de Ensino Superior (IES), suas dificuldades se relacionam desde o primeiro relacionamento com as Instituições, com o processo de vestibular para sua inserção, e até a permanência nas aulas e a conclusão do curso.

Em relação à capacidade de conquistar o Ensino Superior, Melià (1999) destaca que o desenvolvimento da educação indígena não seria o problema, mas a solução por partados próprios indígenas para seu desenvolvimento educacional, de forma a proporcionar novos espaços de ressignificação e protagonismo na esfera social.

No ano de 2022, comemorou-se dez anos da implantação da Lei nº 12.711/2012, denominada Lei das Cotas, que determina que metade das vagas de instituições de ensino superior públicas devem ser destinadas a candidatos que estudaram os três anos do ensino médio na rede pública. Dentre esses candidatos, a lei destaca também aqueles que são autodeclarados indígenas e busca minimizar o impacto da colonização sobre os povos indígenas. É verdade que após dez anos da implantação da lei, o acesso por parte dos indígenas ao ensino superior cresceu, possibilitando a conquista da graduação para novos profissionais, que atuam nos mais variados campos e áreas do conhecimento, bem como em suas próprias aldeias. Contudo, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a presença de indígenas ainda é maior em instituições de ensino superior privadas. Entretanto, para este estudo, focamos em IES públicas, tendo em vista que elas concentram a maior parte das ações afirmativas voltadas para a inserção dos estudantes indígenas no ensino superior.

A comunicação pública, nesse contexto, possui um importante papel, uma vez que de acordo com Brandão (2009) é capaz de garantir a legitimidade do interesse coletivo, pelo qual o cidadão assume um lugar diferenciado de participação no processo comunicacional,

desenvolvendo um relacionamento baseado na troca de saberes e não mais apenas na recepção de informações. A autora destaca que essa ação seria a própria construção da cidadania, em busca de um objetivo em comum.

Wolton (2006) afirma a necessidade de um novo espaço público baseado na construção de novas relações, por meio do qual a confiança entre o poder público e a sociedade seria o elemento essencial para a manutenção da democracia. Nesse cenário, a controvérsia de opiniões desses atores não deve ser considerada como desafio, mas sim elemento essencial para uma complementariedade geradora de maior equilíbrio social, ou seja, mais do que veicular informações, as instituições públicas precisam construir um relacionamento em que o diálogo, a transparência e a participação ativa dos cidadãos nos assuntos públicos sejam estimuladas.

Nesse processo, a organização governamental “[...] ouve a sociedade, [...] atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população. ” (KUNSCH, 2013, p. 4). Vale destacar que para qualquer organização a importância de considerar os interesses dos seus públicos para que contribuam para a construção de suas ações, torna-se indispensável para a plena realização de sua missão, dada sua influência na vida em sociedade.

Diante desse cenário, a realização desta pesquisa se pautou em dois procedimentos metodológicos: o primeiro de cunho bibliográfico para a construção do referencial teórico e o segundo de ordem analítico descritiva, ocorrendo primeiramente o mapeamento e a descrição em relação à identificação das informações disponibilizadas sobre ações afirmativas em relação à inserção dos povos indígenas em cursos universitários de quinze instituições federais, por meio de sua plataforma digital oficial. A escolha das instituições ocorreu dividindo as cinco regiões do Brasil, (norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste) analisando de maneira igualitária três instituições de cada região. Gil (2008) destaca que a análise descritiva possibilita estabelecer relações entre as variáveis encontradas.

Trata-se de uma análise de dados secundários já organizados e com caráter qualitativo como fio condutor, no qual o levantamento das informações leva a uma maior identificação e verificação para alcançar o objetivo, garantindo melhor compreensão do tema a partir dos dados encontrados (MOREIRA, 2014).

Com o objetivo de identificar as informações sobre ações afirmativas e de relacionamento entre os povos indígenas e as instituições públicas de ensino superior selecionadas, foram analisadas as ações existentes conforme o quadro 1:

Quadro 1.- Divisão das instituições analisadas em relação a cada região do país

REGIÃO	IES SELECIONADAS		
<b>SUL</b>	UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFPR- Universidade Federal do Paraná	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
<b>SUDESTE</b>	UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>NORTE</b>	UFAM- Universidade Federal do Amazonas	UFRR - Universidade Federal de Roraima	UNIR- Universidade Federal de Rondônia
<b>NORDESTE</b>	UFBA- Universidade Federal da Bahia	UFPB- Universidade Federal da Paraíba	UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>CENTRO-OESTE</b>	UFMS- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UnB – Universidade de Brasília	UFG- Universidade Federal de Goiás

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise descritiva pautou-se nas informações disponíveis no site oficial de cada IES, compreendendo o canal escolhido como importante local de posicionamento da instituição, onde suas políticas, ações e informações são concentradas de maneira organizada, estruturada, disponível e transparente (TERRA,2012).

Dessa forma, buscou-se analisar alguns aspectos em relação a permanência dos estudantes indígenas, como ações afirmativas em prol da igualdade desse grupo de estudantes durante sua trajetória acadêmica, para isso buscou-se identificar de forma padronizada em todas as instituições os seguintes parâmetros: a) Bolsa Permanência; b) Auxílio Moradia; c) Vestibular específico indígena; d) Comissão/ Órgão próprio.

### Análise dos Dados

A partir dos parâmetros estabelecidos, identificou-se:

#### Região Sul

*UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul-* A instituição apresenta uma consolidada política de ações afirmativas, podendo ser identificadas por meio da Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn), vinculada ao chamado Programa de Ações afirmativas, sendo possível identificar a preocupação da instituição que tem início com a inserção do estudante com o vestibular indígena e especialmente em sua permanência, com



ações de acompanhamento pedagógico, além de auxílios como moradia, permanência entre outros.

*UFPR- Universidade Federal do Paraná-* Foi possível identificar a existência da Comissão Universidade para os Índios (CUIA), uma comissão presente especificamente nas instituições do estado do Paraná, gerenciada pelo próprio governo do estado, tendo como objetivo viabilizar aos povos indígenas, o acesso, permanência e conclusão nos cursos de graduação das instituições do estado, possuindo o vestibular específico, bem como auxílio moradia e permanência.

*UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina-* A instituição possui em consonância com o órgão federal, uma Política de Ações Afirmativas Étnico-Raciais onde disponibiliza vagas suplementares nos cursos de graduação para os indígenas, além do Programa de Monitoria Indígena e Quilombola que realiza o acompanhamento pedagógico dos estudantes com o objetivo de garantir sua permanência na instituição, identifica-se a existência de auxílios como permanência e moradia.

### **Região Sudeste**

*UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos-* Identificou-se a consolidação do Programa de Ações Afirmativas em diversos documentos oficiais internos, de forma a garantir ações afirmativas, como o vestibular específico indígena, garantindo o acesso, bem como acompanhamento em relação a sua permanência, contando com os auxílios em relação a moradia e permanência.

*UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais-* A instituição possui de maneira consolidada os auxílios em relação a permanência e moradia, identificou-se ainda a existência do grupo de estudos para preservar línguas faladas pelos indígenas em todo o Brasil como uma ação afirmativa relacionada a pesquisa acadêmica na instituição além do vestibular específico para a inserção dos estudantes indígenas com vagas suplementares nos cursos de graduação.

*UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro-* A garantia de vagas para os estudantes indígenas é identificada no programa de ações afirmativas, porém, não ocorrendo de forma suplementar, mas sim de acordo com o percentual próprio em relação ao número total de vagas ofertadas para cada curso. Ainda, foi possível identificar o auxílio à permanência, o mesmo não foi identificado em relação ao auxílio moradia para os estudantes.

### **Região Norte**



*UFAM- Universidade Federal do Amazonas-* A instituição possui um curso específico de Licenciatura Indígena, com o objetivo da formação de docentes para atuarem nas cidades e nas próprias comunidades, identificou-se a existência dos auxílios moradia e permanência, não possuindo um vestibular próprio indígena em relação a inserção na instituição.

*UFRR - Universidade Federal de Roraima-* Verifica-se a presença da Comissão Permanente de Vestibular, onde é gerenciado o Programa de Bolsas a Estudantes Indígenas (PROBEI), garantindo a inserção dos estudantes indígenas com um vestibular próprio (PSEI) além de auxílios moradia e permanência.

*UNIR- Universidade Federal de Rondônia-* Identifica-se na instituição a existência o Departamento de Educação Intercultural, onde gerencia as ações em relação as políticas afirmativas, de forma a possuir o curso de licenciatura em educação básica intercultural, voltado específico para a formação de professores indígenas, a universidade conta ainda com os auxílios moradia e permanência para os estudantes.

### **Região Nordeste**

*UFBA- Universidade Federal da Bahia-* É possível identificar o auxílio permanência como ação afirmativa, porém, não identifica-se a instauração de vestibular ou comissão específica própria para estudantes indígenas, bem como auxílio moradia.

*UFPB- Universidade Federal da Paraíba-* Verifica-se em consonância com o governo federal a presença dos auxílios em relação a moradia e permanência, não foram identificadas outras ações institucionais de políticas afirmativas em relação aos estudantes indígenas.

*UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte-* A instituição possui em sintonia com o governo federal a presença dos auxílios em relação a moradia e permanência, não foram identificadas outras ações institucionais de políticas afirmativas, como comissões específicas ou vestibular próprio em relação aos estudantes indígenas.

### **Região Centro-Oeste**

*UFMS- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-* Verifica-se na instituição os auxílios moradia e permanência. Em relação a comissões específicas ou vestibular próprio para estudantes indígenas é possível identificar o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, destinado a formação de professores indígenas

*UnB – Universidade de Brasília-* A instituição possui uma consolidada política de ações afirmativas, caracterizando-se como pioneira nesse aspecto em relação ao país, além da existência dos auxílios moradia e permanência, a instituição possui o Centro de Convivência

dos Povos Indígenas (Maloca-Unb) que busca proporcionar o convívio maior entre os estudantes além do desenvolvimento de eventos, cursos e oficinas. Conta com a ordenação da Questão Indígena (Coquei), vinculada a Diretoria da Diversidade (DIV), onde as ações afirmativas são organizadas e desenvolvidas especialmente em relação ao acompanhamento pedagógico, auxiliando estudantes e professores em suas necessidades. Destaca-se ainda a Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília (AAIUnB) de forma institucionalizada com ações e políticas universitárias que permitam acesso e permanência dos indígenas.

*UFG- Universidade Federal de Goiás-* A instituição possui a presença dos auxílios em relação a moradia e permanência, verificou-se a existência de uma Coordenação de Ações Afirmativas, porém não foi possível a identificação das ações da coordenação devido ao problema técnico da página no site.

### **Discussão dos resultados**

De acordo com as informações identificadas nas IES, é necessário realizar uma análise em relação à qualidade da comunicação pública digital realizada em órgãos governamentais. Rothberg (2018) destaca a existência de dificuldades dos órgãos públicos em relação à melhor utilização das ferramentas online, ao mesmo tempo que a necessidade de sua utilização se torna mais crescente em virtude das leis de acesso à informação. É possível identificar a diferença entre a disponibilidade das informações e sua apropriação por parte da sociedade. O autor traz ainda 20 categorias possíveis de análise das informações disponibilizadas em páginas da web, possuindo critérios de identificação de sua efetividade em relação ao público.

Para essa pesquisa destacam-se a análise sob a ótica dos critérios de igualdade, por meio da qual são analisados a equidade das informações de uma política pública, a eficácia, mediante a qual analisa-se o alcance dos objetivos pretendidos com uma determinada informação, utilizou-se ainda, o critério da efetividade, por meio da qual verifica-se os benefícios adquiridos em relação a uma condição anterior de conhecimento da política pública mediante o meio digital.

De acordo com Batista (2010), no meio digital, diversos são os fatores que podem contribuir para sua dificuldade de acesso e apropriação, como o formato pouco atrativo dos documentos apresentados, o que distancia o interesse de diferentes públicos pois demonstra dificuldade em encontrar o que o cidadão deseja. Outro fator a ser considerado é a própria forma de organização dessas informações no site, uma vez que sua estrutura está disponibilizada de acordo com o interesse do órgão público, o que não significa que seja semelhante a forma de

busca do cidadão, ou seja, a reestruturação de forma a potencializar o acesso as informações geraria maior facilidade de acesso, uma vez que a falta de relação entre os documentos, local de acesso e congruência das informações não favorece um relacionamento assertivo.

Enfatizando-se muitos itens em uma página, destrói-se a habilidade de o visitante encontrar as informações essenciais, criando confusão e paralisando-o para tomar decisões. A clareza é necessária para que o visitante tome a ação desejada. (GABRIEL, 2010, p.255)

Duarte (2009) afirma que a comunicação pública digital, se torna fundamental para que as ações governamentais possuam maior alcance e efetividade em relação ao seu público de interesse, seu sucesso está relacionado não só a publicação das informações, mas para além disso, o fortalecimento da cidadania, uma vez que seu desenvolvimento ocorre em sintonia com o fortalecimento das políticas públicas.

É preciso estimular a discussão crítica e reconhecer as dificuldades existentes em relação aos órgãos governamentais, especialmente Instituições de Ensino Superior, para desenvolver uma comunicação que possibilite o acesso às informações de inserção e permanência no Ensino Superior, considerando sua eficiência como uma ação na qual eleva a cidadania dos povos indígenas e aumente sua participação e discussão frente às políticas públicas. Sugere-se a expansão de maiores estudos relacionados a inserção dos indígenas no ensino superior e sua interface com a comunicação pública, assim, espera-se a contribuição deste artigo, a todos os povos indígenas e instituições para que busquem caminhos de maior diálogo e equidade.

## Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

BATISTA, C. L. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202p. Dissertação de Mestrado (Ciências da Informação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/publico/2349823.pdf>

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) . Acesso em 26 fev 2023.

DAVID, Moisés; MELO, Maria Lúcia; MALHEIRO, João Manuel da Silva. Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 111-125, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100008>. Acesso em: 16 set. 2022.

DUARTE, J. (2009). **Instrumentos de comunicação pública**, em Duarte, J. (org.) **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas.

GABRIEL, M. **Marketing na era digital**: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo: Novatec, 2010

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo:

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus Editorial, 2013. (Novas buscas de comunicação; v.69).

MELIÀ, B. **Educação indígena na escola**. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a02v1949.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MOREIRA, S. V. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo Atlas, 2014

ROTHBERG, D. y DE CAMARGO, M.G. (2018). **Relações públicas e sustentabilidade: a qualidade da comunicação pública digital de órgãos de governo ambientais**. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Vol. VIII, Nº 15, 153-176. Acesso em 15 jan. 2023. <http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-15-2018-09-153-176>.

SANTANA, J.V.J. **Reflexão sobre a educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural: o caso kariri**. R. FAGED, Salvador, n.18, p.87-99, jul./dez. 2010. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3750/4292>>. Acesso em 29 jan. 2023.

SILVA, J.A C. **Docência indígena no extremo oeste brasileiro: uma experiência de formação em andamento**. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.76- 103, jan./jun.2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3301/2893>> Acesso em: 15 jan. 2023.

TERRA, C. F. **Mídias Sociais e Agora?** Rio de Janeiro: Senac Rio, 2012

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. Paulus, 2006.